PROJETO DE LEI DO SENADO Nº , DE 2004

Altera a redação do art. 128 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal, para nele incluir o caso de aborto de feto anencéfalo.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º O art. 128 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal, passa a vigorar acrescido do seguinte inciso:

“**Art. 128.**

.....

Aborto no caso de gravidez de feto com anencefalia.

III – se da gravidez resulta feto com anencefalia e o aborto é precedido de consentimento da gestante ou, quando incapaz, de seu representante legal. (NR)”

Art. 2º Esta Lei entra vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

A nosso ver, faz-se necessário reexaminar friamente as restrições ao aborto à luz das novas concepções e dos vertiginosos avanços da Medicina, especialmente na área da obstetrícia, que nos mostram claramente constituir o aborto de feto inviável uma nova hipótese que deve ser acrescentada às duas previstas no Código Penal como impuníveis: o aborto necessário (para salvar a mãe) e o praticado no caso de gravidez resultante de estupro.

2. O novo caso de aborto a que nos referimos ocorre quando o feto se desenvolve com a anormalidade designada **anencefalia**, que significa “ausência total ou parcial do encéfalo”.

3. Por entendermos que essa hipótese de interrupção da gravidez deve constar do Código Penal mediante o acréscimo de novo inciso ao art. 128, o qual trata especificamente dos casos de aborto impuníveis, estamos apresentando o correspondente projeto de lei, que entendemos plenamente justificável em face das considerações e argumentos expostos a seguir.

4. Respeitáveis obstetras lecionam que a gestação de feto com anencefalia é também de alto risco para a gestante, pois tende a crescer além do normal e a placenta apresenta várias anomalias, sendo comum a eclampsia e outros distúrbios.

5. Nessa mesma linha, o Conselho Federal de Medicina afirma que a continuidade da gestação de um feto anencéfalo torna-se um risco desnecessário e gera a indicação de interrupção, mesmo que o risco não seja iminente.

6. Sabe-se, ademais, que, em consequência da anencefalia, caso o feto venha a nascer com vida, os seus membros inferiores seriam mais alongados que o normal, não haveria cérebro, e os olhos seriam saltados, além de outras deformações.

7. Por sua vez, a literatura médica mostra que a anencefalia é um defeito de formação extremamente precoce da gestação, em razão do qual a cabeça craniana do feto não se fecha completamente, e o cérebro não se desenvolve normalmente, não havendo qualquer medicamento ou cirurgia que possibilite a reparação dessa imperfeição.

8. Cabe, ainda, ressaltar que as pesquisas científicas garantem ser inviável a vida extra-uterina de fetos anencefálicos, não se constatando qualquer caso desses que tenha resultado em ser vivo por mais de algumas horas, o que tem provocado grave sofrimento psicológico à mãe.

9. Com base nesses ensinamentos da área médica, proferiram-se inúmeras decisões judiciais de primeiro grau, no interior do Brasil, que permitem o aborto de feto inviável, tendo em vista a atipicidade da conduta.

10. De acordo com Thomz Rafael Gollp, em “Ética, Direito e Aborto por Anomalia Fetal”, de 1991 até o início de 1997, aproximadamente 300 alvarás para a interrupção médica da gravidez por anomalia fetal foram concedidos nos diferentes estados da União.

11. Cabe lembrar que em Brasília, normalmente, instaura-se perante o Ministério Público procedimento administrativo, com vistas a uma final decisão declaratória de inexistência de crime na hipótese de interrupção de gravidez com feto anencéfalo, porquanto há entendimento de que não se pode punir aborto de feto inviável.

12. É de ressaltar também que o Código Penal já admite, desde 1940, o aborto no caso de perigo de vida para a gestante, independentemente das condições do feto. Então perguntamos: por que não se admitir o aborto no caso de anencefalia do feto, devidamente constatada mediante a utilização das técnicas mais modernas da Medicina, uma vez que há certeza da impossibilidade de vida fora do útero materno?

13. Entretanto, mesmo nessa hipótese de aborto de feto desprovido de encéfalo, entendemos ser indispensável a anuência da mãe, como, aliás, se verifica no aborto por gravidez decorrente de estupro.

Diante do exposto, esperamos o apoio dos meus ilustres Pares à aprovação deste projeto de lei, que inclusive reflete o entendimento de considerável parte do Poder Judiciário, que há muito vem decidindo favoravelmente à interrupção da gravidez de feto inviável.

Sala das Sessões,

Senador DUCIOMAR COSTA